

## **Intervenção de Carlos Lage no dia da Universidade do Minho 18 de Fevereiro de 2008, Guimarães**

Senhor Reitor da Universidade do Minho

Senhor Arcebispo-Primaz

Excelentíssimos Senhores Vice-reitores

Senhores reitores das Universidades Convidadas

Senhores Deputados

Senhor Governador Civil

Senhores presidentes de Câmara

Senhores Professores

Senhores Convidados

Caros Alunos

Começo por a todos saudar neste dia da Universidade do Minho. Agradeço a honra que me é concedida ao terem-me convidado para falar neste acto. Creiam que o faço com indisfarçável emoção. Felicito a universidade pela sua excepcional folha de serviços pedagógicos, científicos e culturais e compreendo muito bem as dificuldades orçamentais com que o Sr. reitor se confronta. Impõem-se que o governo seja doravante menos avaro no financiamento das universidades.

A Universidade do Minho é uma das grandes realizações da nossa democracia. Sendo Braga uma das mais importantes e históricas cidades portuguesas e, Guimarães, o berço da nacionalidade, há muito tempo que deviam ter sido contempladas com uma universidade dadas, nomeadamente, as tradições intelectuais e a importância religiosa da urbe bracarense.

A Universidade do Minho chegou tarde, o que diz bem da história do país, mas em vinte e seis anos teve uma ascensão impressionante, tornando-se numa das melhores Universidades portuguesas.

A criação de Universidades e Institutos de Ensino Superior fora de Lisboa, Porto e Coimbra constituiu, de facto, uma das maiores contribuições de sempre ao desenvolvimento, ao equilíbrio e à afirmação de uma rede de cidades mais cultas e criativas em todo o território nacional. Atrevo-me a dizer que isso foi uma das coroas de glória da democratização da sociedade portuguesa.

As Universidades constituem uma das mais originais instituições da cultura europeia.

Com as suas longínquas raízes na Academia Platónica e no Liceu Aristotélico, as universidades nasceram em plena Idade Média, no início do século XIII, e cedo começaram uma ascensão fulgurante na vida intelectual dos países ocidentais, inaugurando uma visão cosmopolita do saber veiculado por uma língua comum, o latim.

Se, como disse Kant a «natureza, para dividir os homens, inventou as línguas e as religiões», as universidades, ao contrário, ultrapassaram pouco a pouco essas barreiras e contribuíram decisivamente para o eclodir de uma visão universalista que, aliás, era inerente à mensagem cristã.

Tal foi o êxito desta inovação intelectual europeia, que o conceito de “Universidade” foi assimilado em todas as civilizações sendo, por isso, o que muitas vezes se esquece, um traço marcante da influência ocidental no mundo. São assim, um produto da cultura europeia, exportado para todas as latitudes, com o seu amor ao conhecimento, à ciência e à razão. Este será, porventura, um dos legados mais preciosos e imorredoiros da civilização europeia.

As Universidades sempre foram múltiplas e plurais. Mudaram profundamente ao longo do tempo mas foram, invariavelmente, actores da mudança histórica, ao ponto de terem contribuído para modelar o mundo moderno.

A missão das Universidades consiste em produzir, preservar e transmitir o saber e o conhecimento. Essa é a sua missão clássica, embora as Universidades sejam, hoje, chamadas a outras funções mais pragmáticas, para que o conhecimento adquirido seja útil e responda às exigências do desenvolvimento económico e social atendendo, em simultâneo, às aspirações dos que nelas estudam, à sua realização pessoal e profissional.

No entanto, o Conhecimento é, em si mesmo, uma actividade teórica desinteressada, quer dizer, deve empenhar-se em satisfazer o desejo de saber sem se preocupar, no imediato, com a sua aplicabilidade prática. Por isso se distingue, habitualmente, da “acção” ainda que seja evidente a não existência do “conhecimento puro”, alheio àquela.

O conhecimento é uma palavra omnipresente no discurso contemporâneo sobre a política, a educação, a economia e o futuro do homem e da humana condição. É como se a palavra se tivesse reencantado, incorporando novos conteúdos e conotações ou, então, se fundisse, paradoxalmente, na chamada economia do conhecimento.

O poder do conhecimento está a revolucionar o mundo actual e parece não haver barreiras à sua expansão. Na verdade, de entre os três principais recursos do nosso planeta sobre os quais se exerce a indústria humana – matéria, energia e o par informação/conhecimento – somente este último é inesgotável e ilimitado já que, quanto à matéria, estamos perante um sistema fechado, a quantidade desta no planeta parece ter sido fixada para sempre, com a excepção de alguns meteoritos que, de vez em quando, caem do céu ou alguns átomos que se escapam para alta atmosfera.

Já relativamente à energia, a Terra é um sistema aberto, importa-a ininterruptamente do Sol e converte-a noutras formas de energia, ainda que subsista o problema de como, mais eficazmente, se consiga processar a sua captação, transformação e armazenamento nas quantidades necessárias.

Verdadeiramente, só o referido terceiro recurso planetário, o par informação/conhecimento, adquire o estatuto de virtualmente ilimitado. A inteligência humana, ajudada pelas cada vez mais sofisticadas invenções, pode acalentar o ideal de uma expansão infinita dos conhecimentos fundamentais. Enquanto existirem seres humanos no planeta, o Saber poderá seguir o seu caminho sem fronteiras.

Estamos perante uma expressão pueril de orgulho? Será que o homem ousa ascender ao “intelecto divino”? Ou estamos, simplesmente, perante uma reedição do cientismo típico do século XIX quando a ciência parecia prometer uma explicação total da natureza, patente na célebre hipótese de Laplace: «uma inteligência que, num instante dado, conhecesse todas as forças de que a natureza é animada e a situação respectiva dos seres que a compõem; e se, além disso, essa inteligência fosse capaz de analisar todos esses dados, abarcaria, numa mesma fórmula, os movimentos dos maiores corpos do universo e os do átomo mais leve; para essa inteligência tudo deixaria de ser incerto e tanto o futuro como o passado estariam presentes perante os seus olhos»? Hoje, o determinismo laplaciano não passa de uma ficção. Não há Saber Absoluto e final mas, sim, um saber que constantemente avança por conjecturas e

refutações, como escreveu Karl Popper. As revoluções da física quântica, da relatividade e da genética, mostram a impossibilidade da utopia de uma ciência totalmente determinada.

Uma Universidade, duas cidades, uma região. Assumindo-se a Universidade do Minho de carácter universalista, pois não há saber ou conhecimento digno desse nome que não aspire a esse estatuto, fazendo parte dessa grande constelação de Universidades que percorrem o globo terrestre ela é, também, uma Universidade na sua região aberta ao mundo – tal como a própria região.

A Universidade do Minho tem dois pés assentes em duas cidades decisivas para o futuro da região e do país, às quais tem dado um enorme impulso. Com efeito, Braga é hoje uma pequena metrópole e destaca-se claramente pela sua dimensão demográfica e urbanística, pela qualidade do seu tecido comercial e industrial, pelas importantes infra-estruturas de ensino e de cultura e pela capacidade de oferta de ensino superior e pela excelência do pólo da universidade do Minho.

Por seu lado, Guimarães sobressai igualmente pela qualidade do seu centro histórico e pela recriação de um projecto urbano que conjuga o património, as indústrias criativas e tecnológicas e a oferta cultural. Também, nesta cidade, o respectivo pólo desta universidade é um motor de profundas mudanças.

No seu conjunto, representam um eixo de equilíbrio do sistema urbano do litoral Norte e um contrapeso face à Área Metropolitana do Porto, um novo foco de dinamismo numa região que não pode nem deve depender apenas da polaridade metropolitana do Grande Porto.

É isto que diz o modelo territorial contido no Plano Regional de Ordenamento do Território, em adiantado estado de elaboração, onde se escreve; “É preciso pensar o território urbano do litoral como um hipertexto (...) em que o todo e as partes se podem relacionar de formas muito diversas dependendo das escolhas ou bifurcações que se seguem como critério de navegação, isto é, como critério de produção de sentido e análise”

A Região Norte é hoje motivo de preocupações pela exibição constante de estatísticas negativas, sendo objecto de um discurso normalmente formulado em tons sombrios. E, na verdade, nestes primeiros anos do terceiro milénio, tudo parece conspirar contra o presente e o futuro da região.

Contudo, a Região Norte é ambivalente. Já o tenho dito, parece apresentar-se, tal como o deus romano Janus, com dois rostos iguais, um voltado para a frente e, o outro, voltado para trás. Um olha o passado, o outro, o futuro. É este o rosto do futuro que devemos contemplar, sem ignorar que o outro rosto existe. Por isso, recuso em absoluto o reducionismo pessimista e sem saída que é atribuir à Região

Norte a categoria sumária de região irremediavelmente pobre, votada ao declínio e ao empobrecimento sem remissão.

Por definição, as regiões pobres no contexto ocidental, são aquelas que têm uma população reduzida ou estão em regressão populacional acelerada, regiões onde a actividade dominante é a agricultura e/ou uma mono indústria em ruína, regiões de onde as pessoas fogem, por ausência de oportunidades, onde a ciência e a cultura têm dificuldades em florescer.

Este retrato não se aplica à Região Norte. Na verdade, possui esta um volume populacional e uma densidade elevada na sua parte litoral, contém uma área metropolitana de nível europeu e algumas cidades médias (como Guimarães e Braga) com uma forte vitalidade, preserva um potencial industrial considerável – e todos os que pensam que a indústria na Europa é coisa do passado estão redondamente enganados. Nela estão implantadas Universidades e Centros de Investigação de qualidade internacional, ostenta um património natural e cultural invejáveis e relativamente conservado. Vivem e trabalham na região algumas das personalidades mais criativas, no âmbito da cultura, da arte e da ciência. Não é exagero. Esta é uma “verdade verdadeira”.

Poderia continuar por aí fora. Quem garante hoje mais de 40% das exportações nacionais, quando tanto se apela ao intensificar da internacionalização da economia portuguesa?

Onde, por iniciativa de baixo para cima se está a constituir um Pólo de Competitividade onde se cruzam e convergem as ciências biológicas, a biomedicina, os cuidados de saúde e a instrumentação clínica, e uma rede de empresas de alto nível e que, além do mais, integra quase tudo o que há de melhor no país?

Onde está a ser implantado o instituto internacional de Nanociências e Nanotecnologias?

Onde se situam os principais clusters de energias renováveis, quer nas eólicas, quer nas hídricas?

O potencial do Norte é enorme. Estão aqui reunidos todos os ingredientes para um novo ciclo de crescimento sustentável, ao contrário do que pobres imaginações presumem.

Por isso digo, não ao catastrofismo! Sei que estou bem acompanhado pela Universidade do Minho, nesta pequena insubordinação.

Em 2005, a economia nortenha parece ter acordado de um estado de letargia que se iniciou em 2002, tendo crescido ligeiramente acima da média nacional, ainda que de forma muito modesta.

Outros dados relacionados com o investimento e com as exportações emitem alguns sinais de esperança. Lamentavelmente, não sabemos o que se passou em 2006 e 2007, porque as estatísticas regionais são processadas com dois anos de atraso.

Estamos ainda hoje a pagar erros graves das políticas públicas, quer orçamentais, quer de investimento, quer sectoriais cometidos em anos de euforia.

Mas se a região se pode queixar do Estado, não se pode queixar da União Europeia. Mais uma vez esta coloca à disposição do Governo e da Região Norte inestimáveis ajudas.

Escolhamos, por exemplo, a qualificação dos recursos humanos como uma questão crítica para a região. Estão ao alcance desta prioridade regional fundos comunitários no montante de 3.000 milhões de euros canalizados pelo Programa Temático Potencial Humano, gerido centralmente. Por outro lado, para apoiar uma política de inovação e competitividade estão disponíveis no Programa Temático Factores de Competitividade cerca de 1.500 milhões de euros. Mas, destinados igualmente à inovação e à competitividade constam do Programa Operacional Regional mais uns 1.100 milhões de euros. Somando estas três rubricas verificamos que, para investir em duas opções estratégicas para o Norte, chegamos a uma verba global de 5.600 milhões de euros, uma quantia enorme que poderá alavancar um ciclo vigoroso de crescimento económico da actividade produtiva regional e reconverter o perfil industrial e económico da região, único caminho a seguir para reabsorver um desemprego sem precedentes e proporcionar emprego mais qualificado.

Por fim, estamos ainda à espera de ouvir o acto de contrição dos principais anti-regionalistas que pretendem fazer do referendo já realizado sobre a tímida regionalização, o funeral definitivo das regiões. Os malefícios então atribuídos às regiões e as virtudes de um Estado centralizado foram dramaticamente desmentidos nos últimos anos. O país não está melhor e as regiões em geral encontram-se mais desfavorecidas.

Nem Lisboa escapou. A região da capital tem sido apresentada como um sucesso, classificando-se acima da média europeia mas, a verdade, é que isso se deve, em boa parte, a uma ilusão estatística gerada pela adesão de doze Estados pobres à União Europeia.

De facto, se compararmos a série dos indicadores do PIB per capita entre 2000 e 2005 (últimos dados) verificamos que a economia de Lisboa deu um grande tombo passando, infelizmente, de 119,4 da média europeia, em 2000, para 106,3, em 2005, perdendo em seis anos, treze pontos. Impressionante? Pois é, o sistema centralista prejudica o país, as regiões e, mesmo paradoxalmente, a capital.

Os anti-regionalistas têm algo a dizer? Quais as sofisticadas explicações que vão dar?

O combate pela região, sendo eminentemente político é, liminarmente, um combate de ideias, a matéria-prima com que trabalham as Universidades.

As ideias têm um enorme potencial, irredutível a outras esferas da vida, abalam os espíritos antes de qualquer turbulência política, anunciam mundos novos.

Um mundo morre neste início do século XXI, um outro está em gestação. Será que os fundamentos intelectuais dos tempos modernos são ainda adequados? Que fundamentos vão ser os do terceiro milénio? Qual será a marcha e o destino do mundo?

Interrogações para as quais não há respostas certas, mas que se dirigem ao essencial do espírito da Universidade, a liberdade intelectual e a pluralidade do pensamento.